

## Posfácio

### Claudio López Garrido

*Los nadies: los hijos de nadie, los dueños de nada.*

*Los nadies: los ningunos, los ninguneados, corriendo la liebre, muriendo la vida, jodidos, rejodidos:*

*Que no son, aunque sean.*

*Que no hablan idiomas, sino dialectos.*

*Que no profesan religiones, sino supersticiones.*

*Que no hacen arte, sino artesanía.*

*Que no practican cultura, sino folklore.*

*Que no son seres humanos, sino recursos humanos.*

Eduardo Galeano

*El libro de los abrazos.*

Os dous ensaios recolhidos neste livro, antes de serem editados num só volume por Jean Jacques Pauvert em 1966, apareceram como artigos nas revistas *Esprit* e *Les Temps Modernes* em 1957. A tradução ao espanhol foi publicada em 1971 por *Cuadernos para el Diálogo* e a versão portuguesa não sairia do prelo de *Mondadori editores* até 1974, após a Revolução dos Cravos. O seu êxito foi comparável ao de «Os condenados da Terra» de Frantz Fanon, considerada a obra cimeira da literatura anticolonialista e que, sendo algo posterior (1961), se divulgou antes graças à edição do Fondo de Cultura Económica do México em 1963. Descatalogado há anos, tanto em espanhol como em português, a editorial Laiovento resgata para o galego este clássico quando se cumprem 50 anos da sua primeira edição<sup>20</sup>. O autor, nem colonizado nem colonizador, à procura da sua identidade, transcende da experiência própria para o universal e logra esboçar um retrato em que se reconhece tanto um africano, como um galego ou um franco-canadiano. Memmi mostra que todos os colonizados se parecem, que os mecanismos da alienação são iguais em todo o mundo e que todo o colonizado se debate entre o ódio e a admiração pelo seu opressor, entre a autodestruição, mediante a integração que cobiça e se lhe nega, e a reivindicação de si; entre se converter no outro e recuperar a identidade que lhe amputou a colonização. Na realidade, mais que o colonizado, nesta pintura reconhecem-se todos os oprimidos. Marta Segarra em *Feminismo y crítica literaria* aprecia no retrato do colonizado de Memmi os traços que caracterizam a mulher: a situação de inferioridade, a submissão legal ao pai e depois ao marido, a pretensa debilidade que requer proteção e controlo; a desumanização e redução a puro objeto que só existe em função do varão, a mistificação que a define pelo que não é em vez de pelo que é, e a marca do plural que nega a sua individualidade e só a considera diluída no anonimato de um coletivo supostamente homogêneo. O magnífico prefácio de Sartre enquadra e realça a qualidade dos retratos e permite contextualizá-los historicamente. A obra aparece em plena guerra da Argélia, cuja luta pela independência desvelaria a fragilidade da IV República francesa, a frustração da direita colonial e as misérias da esquerda. Sendo Argélia província de um Estado ferreamente centralizado e etnocida, este conflito converteria-se em referente para os movimentos

nacionalistas europeus que renascem na década dos sessenta. A crueldade daquela guerra mostraria como a França, berço dos direitos humanos, também podia tornar-se o seu esgoto. Argélia foi o laboratório onde se ensaiáram todos os métodos de tortura aplicados até os nossos dias e os militares franceses acabariam convertendo-se em assessores da guerra suja das ditaduras latino-americanas mais infames. Mas o exército francês nom atuou autonomamente, mas si em conivência ou arrastado polos civis, como mostra o putsch de Argel de 1958. A tortura nom foi cousa só de tarimbeiros, como também dos altos mandos. O general Aussaresses declararia nom sentir mais pesar que o de que as vítimas lhe morressem entre as maos sem terem confessado; e o general Massu, um *sommelier* da tortura, a qual provava no seu próprio corpo para avaliar a resistência humana à dor, reconhecera nas suas memórias que aquelas sevícias «poderiam ter-se evitado». Para demonstrar que a convivência entre colonizador e colonizado era possível, adotou dous órfãos argelinos. Como pudérom os heróis da resistência obrar ainda com mais crueldade que os nazis? Memmi explicaria-o através do «Complexo de Nero», essa fatalidade interna da usurpação que exige reescrever a história para ser legitimada e que arrasta o usurpador à supressão moral e física do usurpado. Mas o direito de conquista nunca precisou doutra legitimação que a superioridade da força. A natureza do colonizado é como a do escravo para Aristóteles, e a do colonizador como a do herói de Nietzsche, que nom rende contas a ninguém nem precisa da razão, arma dos débeis para conter o império dos fortes. Para Memmi, o europeu julga-se de direito divino e considera o indígena um sub-home, umha besta que fala.

A brutalidade do colonialista só se entende polo distanciamento que interpom entre el e o colonizado, a quem nom considera humano, apenas umha cascuda que pode esmagar à vontade, o que nom lhe provoca nengum remorso. Se toda a nação colonial leva no seu seio os germes da tentação fascista, como di Memmi, é porque é umha sociedade etnocêntrica e doente, um ecossistema onde os psicopatas mais sinistros ocupam o nível superior da cadeia trófica que representa a denominada «pirâmide de tiraninhos».

Aimé Césaire, coetâneo de Memmi, no seu demolidor «Discurso sobre o colonialismo» (1950), acusa o pseudo-humanismo europeu de manter critérios sordidamente racistas, de tolerar a quotidianidade da barbárie que é o nazismo, de ser o seu cúmplice antes de se tornar a sua vítima, e de condenar nom o crime contra o home em si, mas a humilhação de aplicar ao home branco os mesmos procedimentos que ao colonizado. Memmi afirma que o colonialismo é umha variedade do fascismo que ameaça estender-se e apodrecer a metrópole, ainda que o seu regime seja democrático. Na realidade, todo império colonial, ainda que tenha um sistema representativo, é um regime podre, umha democracia restrita, como a grega, que excluía da vida pública os escravos, os metecos e as mulheres. O colonialismo tem a sua origem na violência e só nela se sustenta. É umha empresa de conquista, e os orçamentos coloniais som investimentos e nom, como entende o autor, «o preço pago polas metrópoles, persuadidas da discutível grandeza de serem metrópoles». O presidente estadunidense Wilson já dixerá em 1913 que um país é possuído e dominado polo capital que nel hai

investido.

Memmi distingue artificiosamente entre colono, colonizador e colonialista. Na realidade, todos vivem da exploração colonial. O cidadão metropolitano, também beneficiário, só se diferencia deles nas circunstâncias. Por isso escusa, como legítima defesa, o genocídio que perpetraram as suas tropas nas colônias; e quando a barbárie se produz diante dos seus focinhos e longe em ultramar, torna-se cego. É gente de ordem que aceitou a ocupação alemã sem oposição, se não foi colaboracionista, e após a libertação, tentou autoabsolver-se instigando autos de fé nacional contra as mulheres que tinham mantido relações com alemães. Não o surpreende a construção de campos de internamento, como no regime de Vichy, para emigrantes, nem a repressão brutal contra a manifestação pacífica de argelinos que tem lugar o 17 de outubro de 1961 em Paris. Mais de 300 pessoas foram assassinadas pela polícia na rua, a golpes, ou enforcadas das árvores dos bulevares, e os seus cadáveres lançados ao Sena. Outras onze mil foram confinadas nos estádios e no tristemente célebre *Vélod'Hiv'*, onde se concentravam os judeus para a sua deportação. A censura informativa oficial e a indiferença dos bons cidadãos do silêncio bubônico, cobririam com um manto de esquecimento aquele massacre durante trinta anos, até a publicação de *La bataille de Paris* de Jean-Luc Einaudi em 1991. Ninguém seria julgado porque a amnistia, que acompanhou a independência da Argélia, permitira o arquivo das denúncias. O seu responsável, Maurice Papon, prefeito de Paris laureado com a legião de honra, só depois de *Le Canard enchaîné* desvelar o seu passado nazi, foi julgado e condenado em 1998 por organizar a deportação de judeus a Auschwitz entre 1942 e 1944. Passaria três anos em prisão.

Ainda que os emigrantes argelinos procuraram não transmitir a memória do acontecido aos seus filhos para facilitar a sua integração na sociedade francesa, com o transcurso do tempo, a verdade acabaria abrindo-se passo. A memória das humilhações coletivas, que a guerra do Iraque avivou, alimentará um processo de autoafirmação nos jovens não integrados, que serão recrutados pelo jihadismo. Assumirão a sua marginalização e, sem terem sido crentes muitos deles, recuperarão como valor-refúgio uma leitura do Islão que os fornecerá de uma contranarrativa frente ao Ocidente que os rejeita. A fusão de fé religiosa e antiimperialismo empurrará-os à luta e ao martírio.

Um caso digno de menção é o do colonizado que se passa ao campo do colonizador, voluntariamente ou pela força, e luta contra os seus. Na Argélia foram os *harkis*, argelinos recrutados pelos franceses para combaterem o FLN. Depois da independência, os que não foram executados, tornaram-se os apastados da sociedade argelina. Tanto eles como as suas famílias, e toda a sua descendência, carecem de direitos civis e políticos. Como Paris tampouco paga traidores, os que lograram escapar à França, passaram quinze anos em campos de internamento, e o Estado francês nunca reconheceu oficialmente a sua responsabilidade no abandono, crimes e prejuízos morais que sofreram. Esta história repetiria-se no Vietname com a etnia hmong. Os *harkis* são hoje um dos nichos eleitorais da extrema direita francesa que utiliza a sua imagem de patriotas, frente aos outros imigrantes, para justificar a sua política anti-imigratória. O colonizador de esquerdas que descreve Memmi, sempre

à beira da vergonha e da má consciência, com as suas etéreas reivindicações e as suas dúvidas sobre a relação entre a liberdade nacional e a aplicação de um programa de esquerdas que contemplasse a democracia política e económica, a liberdade e a justiça, parece mais um intelectual *pied noir* com sensibilidade social que o militante dum partido de esquerdas no Magrebe. De facto, os socialistas franceses sempre foram contrários à independência das colónias e o seu governador geral na Argélia, Robert Lacoste, organizou as milícias para a «desratização» de Argel. Quando a ONU pediu que se detivesse o derramamento de sangue, respondeu que isso só seria possível quando não houvesse sangue que derramar. François Mitterrand, ministro do interior e de justiça nesse período, foi o responsável da lei que permitia condenar à morte, sem instrução prévia, os membros do FLN, aos quais não se reconhecia o estatuto de combatentes. Eleito presidente, redimiriase abolindo a pena de morte em 1981, ao mesmo tempo que reabilitava, com todas as suas prerrogativas, os generais Salan e Jouhaud, responsáveis do putsch de Argel de 1961 e das ações criminais da OAS.

No que concerne ao Partido Comunista, as suas secções no Magrebe compunham-se de franceses, maiormente funcionários, os que Trotsky denominava «camaradas com mentalidade de escravistas». Até a criação do Partido Comunista da Argélia (PCA) em 1936, não se abriu aos indígenas. No informe do II Congresso Interfederal Comunista de África de 1922, aprovado por unanimidade, dizia-se que a propaganda direta entre os nativos era inútil e perigosa «porque estes indígenas não alcançaram ainda um nível intelectual e moral que lhes permita aceder às ideias comunistas». O Partido Comunista manteve mais tarde uma postura anticolonialista, até que em 1935 o Komintern optou pela linha das frentes populares e começou a acusar os nacionalistas de debilitar as democracias e fazer-lhe o jogo ao fascismo. Em 1945, durante a celebração da vitória aliada em Sétif, uns independentistas desprezaram a bandeira argelina. Esse ato de afirmação desencadearia uma brutal repressão que se saldaria com quarenta e cinco mil mortos. *L'Humanité*, órgão do PCF, justificaria-a culpando dos distúrbios a «elementos de inspiração hitleriana». As contradições aguçariam-se, e em 1956, enquanto o PCF apoia o esmagamento da sublevação húngara pelos tanques soviéticos e a concessão de poderes especiais ao governo de Guy Mollet para a «pacificação» da Argélia, o PCA é ilegalizado por colaborar com o FLN, em que se integraram muitos militantes. Os afiliados do PCF que denunciaram a tortura ou colaboraram com os nacionalistas argelinos, ficaram-no a título individual. A desconfiança e hostilidade que o nacionalismo provocava na Esquerda francesa, como indica Memmi, era, paradoxalmente, uma reação nacionalista.

Em qualquer caso, o colonizador de esquerdas tinha que afrontar a disjuntiva de unir-se à luta do colonizado, como Frantz Fanon, ou partir para a metrópole, como Memmi quando se declarou a independência da Tunísia. Daí que o bosquejo do colonizador de esquerdas que se rejeita e que despreza a mediocridade da colónia, da qual os melhores se vão por ética, por orgulho, pelos seus limitados horizontes ou porque intuem que não há sítio para eles na nação que emerge, pareça, mais bem, o autorretrato do autor.

Hai quem vê nessa descrição a figura de Albert Camus, prologador do romance de Memmi *A Estátua de Sal*, cuja repulsa absoluta da violência o levou, como Goethe, a preferir a injustiça à desordem: «Acredito na justiça; mas defenderei a minha na antes que a justiça». Camus nunca chamou «Guerra de libertação nacional» à guerra da Argélia, nem «argelinos» aos indígenas, só «árabes», ainda que fossem berberes, porque não os considerava argelinos no sentido nacional do termo. O autor das comovedoras «Cartas a um amigo alemão» nunca poderia ter escrito um epistolário similar a um amigo argelino, nem a um francês, porque não reconhecia a nacionalidade argelina. Camus era só um francês da periferia, por muito que as paisagens da Argélia impregnassem de nostalgia algumas páginas da sua prosa. Com a independência formal das colónias e a desaparecimento da Administração colonial, o colonialismo não se extingue. Só muda de aparência. O neocolonialismo perpetuará a exploração mediante a troca desigual e manterá a dominação de forma indireta. A metrópole já não terá que sujar as mãos com a repressão, salvo em situações extremas, porque será responsabilidade do novo Estado, cujo exército, cerne da nova oligarquia autóctone, seguirá a controlar.

A retirada dos quadros coloniais deixará um vácuo de poder que provocará as disputas pela sua ocupação entre grupos étnicos e económicos que conformarão uma burguesia intermediária, dedicada ao comércio e à Administração porque a ex-metrópole impedirá a industrialização. A nova burguesia, facilmente subornável, converterá-se em comissionista das empresas estrangeiras que continuarão a explorar os recursos do país. A corrupção irá impregnando o novo regime, desde a chefatura do Estado até o último auxiliar de aduanas. A nacionalização de algumas empresas não significará socialização, pois os seus benefícios, em vez de serem postos ao serviço do povo, serão apropriados pela nova oligarquia que, dos antigos colonizadores, só assimilou o espírito da rapina, o exercício despótico do poder e o gosto pelo fausto, que inclui o uso do idioma do colonizador como sinal de prestígio. Não tardará, também, em aprender o caminho dos paraísos fiscais.

Para as classes populares nada mudará. Nalguns casos, seguindo o exemplo da nova oligarquia, tentarão expulsar outros grupos de párias a quem disputam as migalhas, e aos quais as fronteiras, estabelecidas arbitrariamente pelo colonizador, convertem repentinamente em estrangeiros.

Obviamente, isto é uma simplificação. É sabido que a descolonização na África inglesa não se produziu do mesmo modo que nas áreas dominadas pela França ou Portugal, não foi igual na África subsaariana que no Magrebe ou na África Austral, onde persistiram bastiões brancos com regimes de segregação racial.

Memmi aborda com enorme lucidez o conflito linguístico colonial, que é sobretudo um conflito entre dois universos psíquicos e culturais. Contudo, a relação entre a língua colonizada e a colonizadora é diglossia e não bilingüismo, como diz.

Munido só com a sua língua, o colonizado é um estrangeiro no seu país e acaba por aceitar o desprezo pela seu idioma, que afasta e oculta aos estranhos, e começa a mostrar-se à vontade só no do colonizador. Porém, segundo indica José Carlos Marco Vega em *Albert Memmi: retrato de un extranjero. Crisis de identidad y creación literaria*, Memmi sempre defendeu o direito

dos escritores do Magrebe a utilizar o francês, sem que por isso fossem considerados traidores, e mesmo publicou umha antologia desses autores em 1964.

A herança cultural de um povo transmite-se pola educação e pola língua que, além de um meio de comunicação, é um sinal de identificação entre aqueles que a utilizam. Neste sentido, a comparação entre a experiência da normalização lingüística no Magrebe e na África subsaariana, após a independência, é mui ilustrativa.

Na busca da reconstrução da sua identidade cultural, e sob a influência do pan-arabismo dos anos sessenta, os países do Magrebe iniciárom um processo de arabização, que os levou a adotar o árabe padrom como língua oficial substituindo o francês, que passou a ser um idioma veicular em concorrência com o inglês, que tinha a seu favor carecer de conotações coloniais. A normalização lingüística dista de estar alcançada apesar dos esforços realizados, já que o árabe padrom oficial se superpom às variantes do árabe magrebí e do berbere faladas pola população, muitas delas sem codificação, o que suscita um complexo problema de poliglossia. Esta situação levou à adoção de medidas políticas que nem sempre fôrom bem aceitas, como demonstram as revoltas da Cabília que obrigárom o governo da Argélia a oficializar o berbere em 2002. Precisamente neste país, a carência de mestres para alfabetizar a população em árabe exigiu importá-los do Egito; a maioria dos incorporados eram irmaos mussulmanos que promoveriam a islamização e criariam as condições para o nascimento da Frente Islâmica de Salvação (FIS) e a sua vitória eleitoral em 1991.

Na África subsaariana, talvez porque a descolonização foi o resultado do desenvolvimento negociado do desenho institucional da V República e nom da luta pola independência, o francês continuaria a ser o idioma oficial, ou cooficial, em toda essa área. O Senegal é o paradigma. Impujo-se o francês como idioma oficial na Constituição, quando nom o falava nem o dez por cento da população, em vez do wolof, língua franca do oitenta por cento dos senegaleses e que também se fala na Gâmbia e na Maurítânia, ainda que em muita menor medida. A decisão deveu-se a Léopold Sedar Senghor, primeiro e único presidente até 1980, que alegou a existência de outras línguas minoritárias, embora a sua conservação nunca o preocupou.

Senghor é o exemplo do colonizado que atua como colonizador ao ditado da metrópole e sob a sua proteção militar, como se demonstrou nos distúrbios de 1968. A auréola deste poeta da Negritude, como dirigente sábio e democrata é umha agradecida invenção francesa, que ainda persiste, por se ter situado do lado da metróple e contra os países africanos em todos os conflitos. Senghor encarna a negrofóbia dos pretos e o escritor colonizado que decide pertencer totalmente à literatura metropolitana.

A sua canina devoção foi premiada com umha cadeira na Academia Francesa. Chegou a afirmar que «a emoção é negra como a razão é helénica». Era o que Sartre denominava um negro greco-latino. Seguindo o exemplo do seu líder, os quadros do partido de Senghor percorriam Senegal dissertando extensa e tediosamente, perante os perplexos indígenas de qualquer aldeia remota, sobre o paralelismo assimétrico ou o itinerário espiritual de Teilhard de Chardin.

No Senegal, as ruas e praças ainda levam o nome dos colonizadores

genocidas, e o ensino do francês continua a realizarse com os rigorosos métodos de século XIX. Em 2005, tivemos a oportunidade de fotografar numha escola rural um «*symbole*», a caveira de vaca que se coloca ao aluno surpreendido falando no seu idioma. Se este descobre um companheiro utilizando umha língua distinta do francês, traspassa-lha, e quem a leve ao final do dia é castigado polo mestre. Se o símbolo desaparece, pune-se toda a classe. Esta prática, generalizada na África francófona, aplicara-se com êxito na França na erradicação das línguas vernáculas.

A antítese de Senghor foi Cheikh Anta Diop, físico nuclear, historiador, antropólogo e político nacionalista, encarcerado e vetado por Senghor para dar aulas na Universidade de Dakar, que na atualidade leva, com justiça, o seu nome. O seu jornal *Siggi*, que aglutinava a intelectualidade mais relevante da esquerda senegalesa, foi proibido por Senghor alegando que nom respeitava «as normas gramaticais». Deste intelectual, comprometido com o seu povo e com a dignificação da sua língua, cumpre salientar, além dos seus estudos sobre as culturas africanas e as origens da civilização, o trabalho intitulado «Como enraizar a ciência na África negra», assí como a sua tradução da teoria da relatividade de Einstein ao wolof, para demonstrar que a sua língua também era apta para a ciência.

Tal como explica Memmi, a rejeição de si e a admiração polo colonizador leva o colonizado à autodestruição por causa daquilo em que se quer converter. O sentimento de inferioridade, que pode variar da vergonha ao auto-ódio, é comum a todo o aspirante à assimilação. Observa-se nom só nos povos colonizados e nas nações sem Estado, mas também nos descendentes, de boa posição económica, das comunidades de antigos escravos ou emigrantes. Tal é o caso dos afro-americanos e dos italianos nos Estados Unidos. O povo judeu, secularmente estigmatizado e perseguido, foi o mais afetado por esta doença. O estudo de Theodor Lessing, intitulado «O auto-ódio judeu», analisa as se atribui à sua raça, acabárom suicidando-se ou sumando-se à agressão contra os seus. Este sentimento desapareceu entre os judeus graças à consolidação do Estado de Israel. Curiosamente, na atualidade, os israelitas críticos com a política do seu governo som, algumas vezes, tachados de judeu-fóbicos polos seus compatriotas.

A negrofóbia dos pretos persiste, ainda que algo mitigada polos êxitos dos desportistas. Nigel Barley, autor de «O antropólogo inocente» conta que os *dowayos*, grupo étnico camaronês que estudou, apreçam mui pouco a sua língua, que tenhem por um sistema de comunicação algo superior às vozes animais. Os chefes tomam como modelo os *fulani*, a etnia dominante, e pretendem melhorar a sua consideração social, vestindo-se como eles, rodeando-se do mesmo boato cerimonial e negando-se a falar o *dowayo*, que fingem nom compreender, ainda que seja a sua língua materna.

Chamamos barbárie, como dizia Montaigne, todo o que nom fai parte dos nossos costumes. Por essa razão, os galegos nom podemos ver os *dowayos* como selvagens. Na realidade, som-nos mais familiares que celtas e romanos. Barley poderia ter incluído no seu livro muitas anedotas galegas que passariam como próprias de tal tribo, como a que me contou um cura: Umha beata, com sérias dificuldades para articular corretamente umha frase

em espanhol, increpou-no por dizer a missa em galego. Nunca antes se queixara quando a fazia em latim.

A endofobia é alimentada pelo colonizador. Como di Memmi, o retrato degradante, divulgado pelo colonizador acaba por ser aceitado e vivido pelo colonizado, por tornar-se real. Somos o que acreditamos ser, e o colonizador persegue a alienação do colonizado, isto é, a perda do sentimento da sua identidade e a substituição da realidade própria pelo discurso alheio. Isso converte-o em instrumento de outros e incapacita-o para o pensamento livre, para questionar o poder e rebelar-se contra el.

Segundo Memmi, a memória de um povo reside nas suas instituições; mas as do colonizado estão mortas, esclerosadas ou não merecem nenhum crédito; mesmo produzem vergonha.

A sociedade colonizada, não sendo dona do seu destino, não a sua própria legisladora, não dispõe de organização, não pode ajeitar as instituições às suas necessidades profundas, e o que é mais revelador: ao alcançar a independência, acabará reproduzindo as do colonizador.

O colonizado é um ser sem história. Os escassos restos materiais do seu passado desaparecem lentamente, e os do futuro já não levarão a sua pegada. O processo de transculturação que acompanha a colonização culmina com a aculturação do colonizado.

Em essência é o que Orwell em *1984* põe em lábios de

O'Brien, um dos personagens da obra: «Havemos de te esmagar até o ponto de onde não se volta... Havemos de te espremer, te deixar vazio, e então encheremos-te de nós». Por essa razão, Amílcar Cabral, o líder guineense, defendia a resistência cultural como a mais efetiva forma de resistência, e definia a luta de libertação nacional como um ato de cultura, como negação da submissão secularizada e introjetada no espírito do colonizado.

Para Cabral, o fundamento da liberdade nacional reside no direito inalienável dos povos a terem a sua própria história.

Para Memmi, a autoafirmação do colonizado é tanto mais veemente, quanto mais achegado esteve ao colonizador, e a expressão extrema da sua admiração por este é o casamento misto. Isso explica, na sua opinião, que tantos líderes africanos casassem com colonizadoras, e sinala explicitamente os casos de Bourguiba, Messali Hadj e Ferhat Abbas. Por uma questão de elementar justiça, parece necessário lembrar alguns traços das esposas dos referidos líderes:

Mathilde Clémence Lorain, primeira mulher de Bourguiba, abraçou o Islam e tomou o nome árabe de Moufida. Atuou de enlace quando o seu home foi desterrado a La Galité e militou no Partido Socialista Destourien, mesmo já divorciada de Bourguiba, até a sua morte. De facto, o seu cadáver foi velado na própria sede do partido.

Marcelle Stoetzel, esposa de Ferhat Abbas, ainda que de pais alsacianos, nasceu na Argélia. Adotou o nome árabe de Zahia e militou no mesmo partido que o seu home. Foi no seu apartamento onde se redigiu o «Manifesto do Povo Argelino» em 1943. Detida depois do motim de Sétif, esteve encarcerada em El Harrach, no campo de Akbou e em Relizane. Continuou em Argel depois da morte de Ferhat Abbas, até que a violência desatada depois de 1991 a obrigou a exilar-se na França.

Émilie Busquant, esposa de Messali Hadj, militante anarcosindicalista, feminista e anticolonialista. Participou na criação da Estrela Norte-Africana (1926), primeiro movimento nacionalista



que reivindicou a independência da Argélia. Atribui-se-lhe o desenho e confecção da bandeira nacional argelina em 1929, a qual cobriria o seu féretro nas suas multitudinárias exéquias em 1953 e seria declarada bandeira oficial pelo Governo Provisório da República Argelina em 1962. Ainda hoje, esta mulher continua sem ser reconhecida oficialmente como militante pró-independência da Argélia.

As mulheres dos três exemplos citados por Memmi parecem ter sido algo mais que o obscuro objeto de desejo de um colonizado.

O que realmente as define é o seu compromisso com a causa da sua pátria de adoção, à qual dedicaram a vida, em contra da sua pátria de origem. Talvez no comentário de Memmi só houvesse a projeção inconsciente do seu autorretrato: sendo tunisino e judeu laico, casou com umha francesa católica.

O esmagamento económico da colónia torna desnecessários os técnicos e, segundo Memmi, a criação de mais centros de aprendizagem e universidades não mudaria a situação porque os colonizados não encontram trabalho para aplicar os seus conhecimentos.

A nossa experiência corrobora que a multiplicação de universidades só serve para aumentar o emprego docente.

As poucas empresas instaladas são estrangeiras e não contratam técnicos nativos nem para os níveis inferiores, porque consideram que não são de fiar. Só têm acesso aos escassos trabalhos que os brancos não aceitam. Passeando de noite por Ouagadougou, onde a maioria das casas carece de luz elétrica, podem-se ver os escolares que estudam na rua baixo os postes da iluminação pública inçados de mosquitos. Preparam-se para um futuro que não chegará. São a metáfora mesma da condição humana, seres arrojados à existência, como diria Heidegger, constatação sartriana do homem como paixão inútil. Mas a fome não espera pelo tempo da fartura, e esses jovens não permanecerão de querquenas, absortos e indolentes, como os seus pais.

Muitos consideram que o seu presente é consequência do seu passado colonial e que têm direito a umha compensação. Conformam-se com poder emigrar às antigas metrópoles, mesmo que fosse para viverem como párias. Tentando um dia explicar a um grupo de jovens africanos, decididos a emigrar a Europa, as dificuldades que teriam para encontrar emprego, respondi-lhes: «Ali pode-se viver mesmo do lixo. Aqui não sequer há lixo que aproveitar».

No entanto, os países desenvolvidos necessitam cada vez menos trabalhadores e os antigos colonialistas estão dispostos a ocupar postos que antanho só aceitavam os colonizados. O desemprego e a pobreza estendem-se nos Estados da periferia europeia que, privados dos seus instrumentos tradicionais de intervenção, estão a converter-se em verdadeiros Protetorados, o que confere aos seus dirigentes esse ar de impotência e mediocridade que Memmi vê nos políticos coloniais: «sem conhecimentos históricos, sempre surpreendidos pelos acontecimentos».

Memmi tem declarado que a base dos 25 livros que escreveu é biográfica, que só expressa o que viveu e sentiu, e que parte do concreto para abordar a generalização filosófica. Não obstante, o tempo muda a percepção das coisas, e estes retratos do colonizador e do colonizado pouco têm que ver com os do descolonizado e do emigrante das suas últimas e polémicas obras «Retrato do Descolonizado Árabe-Muçulmano e de Alguns Outros» (2004) e *Decolonization and the Decolonized* (2006).

Para Memmi, a descolonização foi um fracasso e, em vez de gerar liberdade e prosperidade, só provocou corrupção, pobreza, tirania e violência, das quais culpa os próprios descolonizados. Parece ignorar que a causa da degradação económica é a concentração e centralização capitalista a nível mundial.

Curiosamente, a obra «Entre duas eras» de Zbigniew Brzezinski, criador da Comissão Trilateral, onde se formula a globalização como projeto concreto, foi publicada em 1970, quando começava a difundir-se o livro de Memmi. Isso significa que quando as ex-colónias estavam começando a constituir-se como Estados independentes, já se estavam a elaborar as bases de uma nova ordem mundial, baseada na comunidade de interesses dos países desenvolvidos, liderada pelos Estados Unidos, para «frear a tendência global ao caos», que é como se entende a oposição dos países subdesenvolvidos ao seu espólio.

Memmi diz que a imigração é «o castigo ao pecado colonial», mas esta rotunda afirmação não explica por que os jovens dos mordazmente denominados PIGS também têm que emigrar; nalguns casos, como Portugal, mesmo para as ex-colónias, nem por que os destinos mais apreciados pelos emigrantes são os países nórdicos, que carecem de passado colonial.

O Memmi que definia o colonizado como um «ser de carência», é o mesmo que acusa agora os imigrantes árabes de vitimismo e de culpar outros das suas carências, como se a colonização não tivesse acontecido. É certo que os imigrantes árabes passaram do purgatório a um ghetto que é um espécie de facsímile da sua aldeia, com uma comunidade homogénea, com mulheres de véu e tendas de produtos orientais, e que continuam conetados mediante as antenas parabólicas à realidade dos seus países de origem; mas não foram eles quem decidiram a sua reclusão nesses subúrbios. Tampouco tiveram a sorte de Memmi, que, aos 96 anos, lembra as suas dificuldades para se integrar na França, a precariedade dos primeiros tempos e o distanciamento da intelectualidade metropolitana, até que finalmente se tornou «com felicidade e reconhecimento, um escritor francófono».

Memmi afirma hoje que mesmo se a colonização constituiu um escândalo económico, político e cultural, os povos do Terceiro Mundo, árabes incluídos, não têm outra opção que a de aceitar os valores de Ocidente. Se querem concorrer no plano da civilização, têm que abraçar a tradição grega, da qual Europa recebeu a herança da racionalidade e da lógica que geraram o espírito crítico que permitiu à Europa vencer os seus demónios familiares, as guerras de religião e a Inquisição, e sem o qual o indivíduo não existe.

Mas também é essa Europa a que externaliza o direito de asilo e deporta os refugiados à Turquia que não respeita os direitos humanos. É na europeia Alemanha onde se incendiam os centros de acolhida de refugiados, e é a modélica Dinamarca, cujos cidadãos se consideram os mais felizes do mundo, quem confisca as pertenças dos refugiados, igual que faziam os nazis aos judeus; ainda que seja por pura maiêutica, para que descubram por si mesmos que a felicidade existe, mas tem um preço muito alto.

O pensamento de Memmi evoluiu neste meio século conforme a sua trajetória vital. Os bons e generosos pensaram que o que hoje propõem é uma moral universal, fundada sobre a democracia, a laicidade, a solidariedade e a racionalidade, valores

que som conquistas da sociedade ocidental e que deveriam fazer parte do património comum da Humanidade. Mas haverá quem só veja nessa evolução a justificação do sobrevivente, a capacidade de adaptação que transforma o escravo, umha vez liberto, em escravista; o colonizado em colonizador; o socialista em capitalista; o emigrante em xenófobo, e o cam de palheiro em ariano. Ao cabo, o género humano é o resultado da evolução de um peixe pulmonado que, fugindo dos predadores, se tornou tetrápode pisciforme e já nom parou até alcançar a categoria de primate social, com armamento nuclear e tentado de iniciar o retorno ao *Big Bang*.

Dizia Lichtenberg que um livro é um espelho, e quando um macaco se mira nel nom pode descobrir a imagem de um apóstolo. No caso desta obra, para quem a ler pola primeira vez, será como topar um retrato de família perdido no faiado da memória coletiva. Porque o passado continua a habitar-nos, os que a relemos, depois de muitos anos, reconhecemo-nos ainda no macaco desconcertado que nos olha através do espelho deformante de umha assimilação inacabada.